



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

1 Aos vinte e seis dias mês de outubro de 2015, às 19h30min., em segunda convocação,
2 reunira na sede do CEA/SEMA/Londrina à Rua da Natureza, nº 155, os Conselheiros
3 constantes na lista de presença em anexo. A seguir, a senhora Presidente do
4 CONSEMMA, Roberta Silveira Queiroz, deu início a reunião, solicitando a inclusão de
5 pauta de dois assuntos, sendo o Decreto do EIV e denúncia da Sra. Claudina, sobre a
6 possível contaminação das pantas por produtos da empresa Milênia, ao que os
7 senhores Conselheiros foram de parecer favorável à inclusão. **1. Ordem do dia: 1.1**
8 **Justificativa de Ausência:** A Sra. Presidente relatou que justificaram ausência na
9 reunião extraordinária, realizada no dia 21 de outubro para aprovação do Regulamento
10 da VIII Conferência Municipal do Meio Ambiente, os Conselheiros Maria José Sartor,
11 Neusa Emídio e Eduardo Panachão, sendo que o Conselheiro Eduardo Panachao
12 também justificou sua ausência na presente reunião. **1.2 Aprovação de Atas:** Foi
13 colocadas em discussão as atas da 6a. E 8a. Reuniões ordinárias do CONSEMMA,
14 realizadas nos dias 27/07/2015 e 28/09/2015 respectivamente, sendo as mesmas
15 aprovadas por unanimidade. **2. Prestação de Contas: 2.1) Ofícios Recebidos: 2.1.1)**
16 **Ofício 10/2015 – Associação de Moradores do Conjunto Residencial Santa Rita-V:**
17 **Denúncia de descarte irregular de resíduos em terreno localizado na Rua Capitão Jacy**
18 **da Silva, no Jardim Maria Lúcia.** O Conselheiro Álvaro Nascimento, rerepresentante da
19 CMTU, relatou que o problema é antigo, sendo sugerido a instalação de um PEV
20 naquela região, porém a comunidade não concordou com a instalação, informando que
21 está em estudo a instalação de um PEV naquela proximidade, no Jardim Vista Bela.
22 Esclareceu ainda que a área citada não é a mesma próxima à linha de trem, onde já
23 houve um trabalho de limpeza e recuperação, e que há vários pontos de descarte
24 irregular naquela região, reiterando que a CMTU vem realizando com frequência a
25 limpeza daquelas áreas, porém, com menos de 2 meses as áreas já estão sujas de
26 novo. A CMTU quer realizar um trabalho conjunto com a comunidade, no sentido de
27 realizar a manutenção das áreas, inclusive com o plantio de árvores. A CMTU está
28 solicitando recursos para implementação de PEVs, sendo que dois serão instalados
29 naquela região. A Sra. Presidente esclareceu que já entregou os projetos com a



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

30 solicitação de recursos para instalação dos PEVs à Câmara Técnica de Resíduos, para
31 que a mesma faça a análise dos mesmos. O Conselheiro Mauro, representante da
32 CMTU, esclareceu que hoje há apenas um PEV em funcionamento, o do Jardim Nova
33 Conquista, sendo que estes materiais retirados das áreas de descarte irregulares são
34 encaminhados à CTR. Em relação ao PEV do Jardim Vista Bela, o Conselheiro
35 esclareceu que a CMTU já possui a licença, porém está aguardando a instalação da
36 rede de esgoto para iniciar a construção. Os recursos solicitados ao Conselho seria
37 para a instalado de mais dois PEVs, sendo um no Conjunto José Giordano e outro no
38 Jardim Primavera, também na Zona Norte, além da previsão de um quinto EIV na
39 região leste, próximo ao Shopping Boulevard, porém ainda é pouco para atender a
40 demanda do município, sendo necessários mais pontos de entrega em outras regiões,
41 pois caso o deslocamento seja grande, vai contribuir para descarte irregulares em
42 outras áreas. De acordo com o Conselheiro Mauro, o primeiro passo seria a aquisição
43 do triturador de galhos, ujo CONSEMMA já fez a liberação dos recursos para aquisição
44 para atender as demandas dos serviços de poda da SEMA e poderia atender também
45 as demandas dos PEVs. O pedido já foi encaminhado para licitação, porém depende
46 da Secretaria de Gestão Pública para tramitar o processo de compra, sendo este
47 processo muito moroso. Segundo passo, seria disponibilizar um local para a
48 comunidade levar estes materiais. Na sequência, foi decidido que a solicitação será
49 encaminhada para a CT de Resíduos para discussão e quem tiver interesse em discutir
50 uma solução, procurar a CT de Resíduos. **2.1.2) Ofício 19/2015-CONSOESTE; 2.1.3)**
51 **Ofício 37/2015 – ALCM; 2.1.4) Ofício 2484/2015-GAB/DOP - PEVs Giordano e**
52 **Primavera: O processo foi encaminhado à CT de Resíduos para discussão e parecer,**
53 **devendo ttazido novamente ao Conselho para deliberação; 2.1.5) Ofício Circular**
54 **879/2015-RO – Convite para as Audiências Públicas referentes aos PLs 116 e**
55 **117/2015. 2.2) Ofícios Expedidos: 2.2.1) Ofício 75/2015 – Encinhado ao Prefeito,**
56 **com a indicação representante PROVERDE: Foram indicados os nomes dos**
57 **Conselheiros Roberta Silveira Queiroz e Angelo Barreiros. A Sra. Presidente**
58 **esclareceu que, infelizmente, o edital do PROVERDE ainda não fi publicado. Foi**



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

59 limitado o valor de 250 mil reais para financiamento de projetos, porém a Procuradoria
60 do Município entendeu que o edital não estava pronto e que não haveria qualquer
61 prejuízo em se publicá-lo depois de alguns dias, no entanto, até o momento não houve
62 retorno sobre a questão. Também já foi reforçada esta preocupação pelo Secretário do
63 Ambiente e, se encaminhado o edital para publicação, os representantes do Conselho
64 devem ser comunicados; **2.2.2)** Ofício 76/2015 – Encaminhado ao Secretário de
65 governo, com a indicação dos representantes na Comissão do PROERDE; **2.2.3)** Ofício
66 77/2015 - Representante Comissão Técnica PL 220/2014: Indicação da Conselheira
67 Neuza Maria Emídio para compor a Comissão Técnica para análise do PL 220, que
68 trata do regulamento para aplicação do EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança; **2.2.4)**
69 Ofício 78/2015 - PL 128/2015 – Encaminha à Secretaria de Governo o parecer
70 referente ao PL 128/2015, que trata da alteração da lei de zoneamento (perímetro
71 urbano), na zona de amortecimento da Mata dos Godoy; **2.5)** Ofício 79/2015 –
72 Solicitação de Coffee Break para as reuniões do CONSEMMA; **2.2.6)** Ofício 80/2015 –
73 Encaminhamento do parecer CT de Fauna e Flora referente a PL 80/2013, de autoria
74 do Vereador Gaúcho Tamarrado; **2.2.7)** Ofício 01/2015-COCMA – Encaminhado à
75 Câmara de Vereadores, com a solicitação de local para a VIII Conferência Municipal do
76 Meio Ambiente; **2.2.8)** Ofício 02-2015-COCMA – Solicitação de Coffee Break para as
77 Pré-Conferências; **2.2.9)** Ofício 03-2015-COCMA – Solicitação de Coffee Break para a
78 VIII Conferência Municipal do Meio Ambiente. **2.3) Pareceres: 2.3.1) Parecer da**
79 **Câmara Técnica de Fauna e Flora – PL 80/2013:** O PL de autoria do Vereador
80 Gaucho Tamarrado, foi encaminhado em caráter de urgência a pedido da Secretaria de
81 Governo. A CT de Fauna e Flora se reuniu e submeteu o parecer para a aprovação dos
82 Conselheiros. A CT entende que a faixa sanitária deve ser constituída de 30 m, além da
83 faixa de mata ciliar que em Londrina é de 30 metros, totalizando 60 metros. Coloca
84 ainda que, para loteamentos superiores a 20.000 metros, devem ser destoados 35% da
85 área loteável para domínio público e para áreas iguais ou inferiores a 20000 metros, a
86 porcentagem deve ser de 15%. Em ambos os casos, 12% da área loteável deve ser
87 destinadas para praças e áreas institucionais, sugerindo a distribuição em 7% para



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

88 praças e 5% para áreas institucionais .A CT entende que em relação ao do Projeto de
89 Lei anterior, o vereador apenas retirou as porcentagens. A Conselheira Denise,
90 representante da Cohab, esclarece que área loteável é calculada da seguinte forma: Se
91 retira tudo que é obrigatório, o que sobra é loteável. A Conselheira entende que a
92 SEMA deveria expedir uma diretriz ambiental para todos os loteamentos e, depois do
93 parecer da SEMA, a área se enquadraria no IPUL. O que se faz hoje é, o loteador
94 olha o terreno como um todo, e quando começa a tirar tudo o que é obrigatório, o
95 loteador tem a impressão que está perdendo áreas vendáveis. Em relação à
96 infraestrutura, hoje se utiliza 5%, porém a Cohab entende que seja mais para não
97 ocupar praças, ou seja. A porcentagem é dividida em 15% para sistema viário e 30%
98 de APP, o aproveitamento é menor que 40%, o restante é preservação ambiental para
99 áreas sociais, rochosas e alagadiças. Se o aproveitamento for inferior a 40%, pode
100 utilizar essas áreas como praças. Após os esclarecimentos, o parecer foi levado à
101 votação sendo aprovado com uma abstenção, do Conselheiro Rodrigo Zacaria; **2.3.2)**
102 **Parecer da Câmara Técnica de Fauna e Flora – PL 128/2015** : O Projeto de Lei trata
103 da adequação doo perímetro urbano relacionado a Zona de amortecimento da Mata
104 dos Godoy. O Conselheiro Gustavo Góes esclareceu que houve a audiência pública
105 sobre o tema e a proposta do novo projeto de lei retirou o zoneamento industrial, porém
106 manteve-se a possibilidade de áreas de comércio. A CT entende que ainda há
107 sobreposição sobre a área de amortecimento, pois mesmo com a retirada a zona
108 industrial, permanece as áreas para residências e comércio, estando em desacordo
109 com Parágrafo 1o., Art. 25, da Lei Federal 9.985/2000, que trata desta temática. A Sra.
110 Presidente complementou que de nada adianta aprovarmos uma lei que contraria uma
111 Lei Federal. Assim, o parecer da CT de Fauna e Fora do CONSEMMA foi que
112 recomenda que o perímetro urbano proposto no PL 128/2015 não sobreponha em
113 nenhuma localidade, a Zona de Amortecimento do Parque Estadual Mata dos Godoy.
114 O Secretário do Ambiente, José Carlos Bruno, questionou o porque do Conselho estar
115 aprovando um parecer que já foi enviado. A Sra. Presidente esclareceu que o prazo
116 dado para o parecer foi de 10 dias e caso o Conselho seja contrário ao parecer já



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

117 encaminhado, o posicionamento deve ser revisto, devendo haver a alteração do
118 parecer. O Secretário colocou que o Prefeito Alexandre Kireeff solicitou a revisão deste
119 parecer, pois propõe que se faça um acordo, já que o Prefeito retirou a zona industrial e
120 o projeto de lei está muito próximo do que foi judicializado e o município não entende
121 como prejuízo aprovar a proposta desta forma, não sendo necessário que se limite a
122 questão judicializada, permitindo que se resolva as áreas que já estão consolidadas,
123 ressaltando que o pedido, tanto do Prefeito quanto do Secretário, é de
124 reconsiderações do parecer da Câmara Técnica e reconsideração da proposta do
125 Executivo. A Sra. Presidente esclareceu que isso já foi tratado outras vezes juntamente
126 com o Executivo, no entanto, o projeto foi encaminhado como foi, reafirmou que de
127 nada adianta deliberarmos no Conselho um posicionamento contrário à Lei Federal,
128 pois não há como colocarmos um parecer que vai contra a lei. O Conselheiro Marcos
129 Pedracci colocou que no Plano Diretor todas as propostas foram consideradas e no dia
130 da audiência pública isso não foi colocado, alegando que também não se discutiu esta
131 questão com a comunidade. Justifica que houve falhas, porém entende que o Conselho
132 não pode tomar uma decisão que prejudique as pessoas, se há pessoas instaladas,
133 isto foi aprovado antes do Plano de Manejo. O Conselheiro Rodrigo Zacaria relatou que
134 ninguém votou a proposta apresentada na audiência pública porque votava-se em
135 2012, apenas o perímetro urbano, sendo que a lei de uso e ocupação do solo não era
136 objeto de discussão naquela audiência. O Conselheiro Gustavo Góes reatou que, em
137 relação à lei aprovada, foi aprovada infringindo uma lei federal. Destacou que cerca de
138 3% da área já é ocupado por condomínios e o restante é rural. A lei de 2014 sobrepõe-
139 se a lei federal, ressaltando que não podemos persistir no erro. O Secretário José
140 Carlos Bruno colocou que o acordo é para não aprovarmos o que está judicializado,
141 alegando que o CONSEMMA tem atuado como advogado da Ong MAE. O Secretário
142 relatou ainda que, apesar de não ter nenhuma restrição quanto à Ong MAE, entende
143 que o Conselho está aprovando uma outra postura sobre o que está judicializado. O
144 Secretário relatou ainda que discorda que o projeto de lei está infringindo uma lei
145 federal, porque depende do término da ação judicizada, que ainda está em curso,



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

146 pedindo a reconsideração do parecer. O Conselheiro Paulo Gutierrez esclareceu que
147 não adianta o Conselho tentar resolver a ação da Ong MAE e questionou: “Nós
148 podemos fazer um acordo para resolver esta questão?” O Conselheiro entende que o
149 CONSEMMA representa o desejo da plenária, “nossa posição aqui no Conselho não é
150 em relação a ação e sim a integridade daquela área”. Na sequência, a Sra. Presidente
151 colocou o parecer em votação. O Conselheiro Gerson Galdino solicitou que a votação
152 fosse nominal. A Sra. Presidente disse que a proposta vai contra as demais conduções
153 do Conselho, sugerindo que a proposta do voto nominal fosse colocada em votação,
154 sendo a mesma aprovada com 07 (sete) votos a favor, 05 (cinco) contrários e 01
155 (uma) abstenção. Na sequência, colocou-se em votação o parecer do PL 128/2015,
156 sendo o mesmo aprovado com 06 (seis) votos à favor, 05 (cinco) votos contrários e 03
157 (três) abstenções. Em virtude do constrangimento sofrido por alguns Conselheiros, em
158 razão do posicionamento durante a votação, a Sra. Presidente solicitou ao Secretário e
159 demais presentes, que fossem respeitados os votos dos Conselheiros. **3. Assuntos da**
160 **Pauta: 3.1 Denúncia de possível intoxicação de plantas por produtos químicos:** A
161 Senhora Claudina, cuja residência é vizinha da empresa Adama Brasil, antiga Milênia,
162 localizada no Jardim Eucaliptus, relatou que algumas plantas de uma reserva legal
163 particular, de sua propriedade, vem apresentando deformações. Há tempos tem notado
164 alterações nas plantas e, às vezes, durante à noite, a mesma acorda sufocando e com
165 dor de cabeça. Relatou que perdeu o olfato quando a empresa ainda era Herbitécnica e
166 agora não sente mais o olfato, mas sente muito sufocamento e outros sintomas que
167 levam a crer que é intoxicação. Relatou ainda que profissionais que vão fazer entrega
168 em sua residência costumam comentar sobre o cheiro forte. A mesma apresentou
169 algumas plantas para exemplificar e trouxe também algumas fotos que mostram o que
170 está ocorrendo com as plantas, que apresentam deformações nas folhagens e flores.
171 Entre as espécies trazidas, estão os hibiscos e leiteira. A propriedade fica a 50 metros
172 da empresa e a Senhora Claudina relata que houve uma fase em que a mesma achou
173 que as árvores estavam filtrando melhor o ar, mas na verdade, a empresa tinha
174 paralisado as atividades devido à uma interdição da ANVISA e Polícia Federal.



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

175 Encaminhamento para a CT de Fauna e Flora para análise e posterior
176 encaminhamentos. Foi sugerido entrar em contato para encaminhamentos e ações. O
177 Conselheiro Paulo Gutierrez sugeriu que a SEMA visitasse a área para verificar
178 irregularidades. O Sr. Nei Domiciano relatou que alguns fungos costumam causar o
179 afinamento de folhas, porém há herbicidas que causam este afinamento, relatando que o
180 IAPAR e a Embrapa podem fazer a análise para verificar se é contaminação por
181 herbicida. O Conselheiro Gustavo complementou que a empresa fabrica inúmeros
182 produtos até alguns que são proibidos em outros países. A Conselheira Neusa Emídio
183 sugeriu que o CONSEMMA encaminhasse um ofício ao IAPAR, e à EMBRAPA ,
184 solicitando uma análise e, visto que ambas são instituições públicas, não devem se
185 negar a realizar a análise. O Conselheiro Paulo Gutierrez sugeriu que, antes de realizar
186 uma análise em laboratório, que o CONSEMMA encaminhe um ofício à SEMA,
187 solicitando formalmente uma visita pela fiscalização a área para verificar se há
188 elementos que apresenta deformações, conversar com a vizinhança e, em
189 encontrando evidências, solicitar uma análise de amostras. O assunto foi levado à
190 discussão e deliberação da plenária, sendo aprovado com 09 (nove) votos a favor do
191 encaminhamento do ofício ao IAPAR solicitando a análise das plantas, contra 02 (dois)
192 votos favoráveis ao encaminhamento para o setor de Fiscalização da SEMA. **3.2**
193 **Participação do grupo “Ativismo Veg Londrina” sobre a situação dos Animais em**
194 **Londrina :** O tema foi apresentado pela relatora Bruna, que esclareceu que o trata-se
195 de um grupo de ativismo pelo direito dos animais. A relatora colocou que já foram
196 criadas secretarias específicas para tratar dos direitos dos animais em cidades como
197 Porto Alegre, Salvador e Rio de Janeiro, sugerindo que a SEMA deveria buscar
198 pessoas que trabalham no sentido de apoiar a causa animal. Citou que criadores
199 ilegais de animais foram denunciados desde 2012 e até o presente momento não foi
200 tomada nenhuma providência. A entidade também protocolizou denúncia de maus
201 tratos ao Ministério Público, ocorridas no rodeio na última Expo-Londrina Relatou que
202 também o caso da mula que era deixada num terreno próximo à Prefeitura e não tem
203 nenhum abrigo. Na ocasião, foi enviado e-mail para a SEMA e Vigilância Sanitária,



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

204 porém dizem que a mula está em ótimas condições, não caracterizando maus tratos.
205 Citou ainda o caso de Pet Shops denunciados e a SEMA e Vigilância, porém, alegam
206 que está tudo em ordem, no entanto é visível os casos de maus tratos, mas o fiscal não
207 vê desta forma. O Esclareceu que o Código de Posturas do Município dispõe sobre
208 algumas situações denunciadas e entende que não devemos repassar mais trabalho
209 para a Saúde, mas proteger os animais para que não se tornem um risco para a
210 sociedade e, na sua opinião, a SEMA não é bem vista pelas pessoas que cuidam de
211 animais, pois não se preocupa com eles (os animais). Relata que a entidade não está
212 pedindo atitude política, mas sim o cumprimento da lei. O Conselheiro Paulo Gutierrez
213 ressalta que é fundamental os esforços para a criação do Centro de Zoonoses,
214 contudo, é necessário que se organizem melhor, pois existe um tangencionamento
215 entre a saúde e as questões que envolvem animais, sendo necessário uma ação
216 conjunta para resolver os problemas e discutir o ambiente. O Conselheiro achou
217 importante um “puxão de orelha” de alguém de fora do CONSEMMA. A Sra. Presidente
218 esclareceu que maus tratos deve ser visto pela SEMA sim, pois está previsto na lei de
219 crimes ambientais. A Conselheira Neusa Emídio relatou que, em casos de maus tratos,
220 é necessário um boletim de ocorrência para a responsabilização civil e criminal do
221 dono do animal. O Conselheiro Gustavo Góes relata que realiza trabalhos de campo e
222 vê muitos casos de maus tratos contra os animais silvestres, como armadilhas, capturas
223 de aves, etc. Outro problema muito importante são os casos de zoonoses que os
224 animais silvestres transmitem, relatando que não é uma questão somente urbana, pois
225 estamos rodeados de animais silvestre na área urbana. A Conselheira Francesca
226 relatou sobre a exposição de animais domésticos e que os agentes de endemias vêm
227 todos os dias animais como cavalos, galinhas, porquinhos da Índia, presos ou em
228 condições de maus tratos. Relatou ainda que há casos de leishmaniose em Londrina e
229 os mesmos não são divulgados. Entende que deve haver preocupação com os animais
230 em extinção, mas “os nossos problemas são com os animais domésticos e animais de
231 grande porte, como cavalos, cujo a SEMA não tem pernas para resolver”. A
232 Conselheira colocou a disposição os agentes de endemias para contribuir neste



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

233 trabalho, pois entende que os servidores da Saúde devem abraçar a questão para o
234 controle de zoonoses. A Conselheira Denise relatou que ainda vê vários casos de
235 CCZs que são, na verdade, matadouros de animais. O Conselheiro Mauro relatou que,
236 para a CMTU, o maior problema que tem ocorrido são cavalos soltos dentro do
237 perímetro urbano. Sugeriu que seja proibido ter animal de grande porte dentro do meio
238 urbano, pois estes animais geram problemas e está associado ao caroceiro, que muitas
239 vezes não cuidam corretamente dos animais. Propõe que o CONSEMMA discuta e
240 proponha algo no sentido de coibir o uso desses animais dentro do perímetro urbano. A
241 relatora Bruna diz que, a intenção é que dentro de 05 a 06 anos, se acabe com a
242 criação no perímetro urbano, liberando a criação só na zona rural. Relatou ainda que
243 foi na Câmara de Vereadores e fez questionamentos sobre o quanto seria destinado
244 de recursos à causa animal, porém não teve respostas. Citou que veio ao Conselho
245 solicitar vontade política no sentido de fazer cumprir a lei. A Senhora Presidente relatou
246 que já procurou a OAB e a proposta é de que o CONSEMMA venha somar forças e
247 cobrar a criação de uma “política” voltada à causa. A proposta é fazer uma reunião com
248 o CRMV, para que juntos possam fazer visitas aos estabelecimentos que vendem
249 animais. Porém, aguardam o agendamento. Na sequência, a Sra. Presidente
250 agradeceu a presença da Dra. Renata, representante da Comissão de Meio Ambiente
251 da OAB e lembrou que é importante se fazer presente nas pré-conferências com
252 propostas nesta área. Em seguida, foi proposto pelos Conselheiros, ir até o Conselho
253 Municipal de Saúde e ratificar o pedido para discussão desta temática, bem como que
254 o CONSEMMA encaminhe documento à Guarda Municipal, questionando porque a
255 mesma não está fiscalizado esse tipo de denúncias. O Conselheiro Álvaro sugeriu que
256 seja utilizado o número da Guarda Municipal para as denúncias e que a mesma faça o
257 encaminhamento para as respectivas secretarias. O encaminhamento do ofício à
258 Guarda Municipal foi aprovado pela penária. Em seguida, a Sra. Presidente colocou
259 uma reflexão sobre o assunto, citando que o Conselho vem tentando conversar sobre
260 este assunto com o Poder Público, porém sem êxito. Sugeriu conversar com a
261 Promotora do Meio Ambiente, Solange Vicentin, e colocar a preocupação do Conselho



CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2015

262 em relação ao acúmulo de cargo na Secretaria, porém necessita de uma provocação
263 para o encaminhamento. A Conselheira Francesca Amaral questionou o porquê o
264 Ministério Público não estar participando das reuniões, pois nas reuniões surgem
265 muitos assuntos que necessitam do parecer do Ministério Público. Na sequência, a Sra.
266 Presidente esclareceu que, em razão do adiantado da hora, a discussão sobre a
267 Conferência Municipal do Meio Ambiente ficará para a próxima reunião e, como o
268 representante que faria a apresentação do SIGLON (Sistema de Geoprocessamento
269 da Prefeitura de Londrina) não pode comparecer, a apresentação poderá ser feita
270 numa outra oportunidade. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi
271 declarada encerrada, sendo lavrada a presente ata que, se lida e achada de acordo,
272 segue assinada por mim, Maria José Sartor, secretária designada, e pela Sra.
273 Presidente, Roberta Silveira Queiroz.

274

275

276

277

278

279